

Latinos iniciam conferência sobre a dívida externa

Caracas — Conscientes de que sua soberania e segurança estão ameaçadas por seu débito, 26 governos da América Latina e do Caribe iniciaram ontem em Caracas, a conferência regional sobre dívida externa.

O problema da dívida externa da América Latina e do Caribe continua vigente, ameaçando a soberania e a segurança da região, disse o secretário permanente do Sela (Sistema Econômico Latino-Americano), o uruguaio Carlos Perez del Castillo, ao iniciar os trabalhos técnicos preparatórios.

A conferência se realiza a nível de especialistas desde ontem e, na quinta e sexta-feira, vai reunir os ministros da economia e presidentes de bancos centrais dos 26 estados-membros do Sela na região.

A reunião deverá ser concluída na próxima sexta, com a adoção de uma proposta latino-americana para a redução de sua dívida que seja uma alternativa para o Plano Brady, lançado pelos EUA há 15 meses.

A secretaria do Sela, em consulta com os governos, criou bases para a elaboração de uma proposta da América Latina e Caribe em termos de dívida externa, que visa ações para reduzir a uma quarta parte o peso dos débitos da região.

Castillo insistiu que, segundo os estudos do Sela e da Cepa (Comissão Econômica para a América Latina), se for aplicada sua proposta para a região seriam recuperados o crescimento econômico, o aumento do consumo, a renda por habitantes e o investimento. Se forem mantidas as condições atuais, a crise da dívida tende a piorar, o consumo vai cair, assim como o investimento e a renda per capita. Serão provocadas consequências sociais e políticas inaceitáveis.

A proposta do Sela parte do fato que a região devia 330 bilhões de dólares no início da atual crise, no começo dos anos 80, pagou mais de 200 bilhões de dólares como serviço por esta dívida — quase 40 bilhões de dólares anuais — e agora deve mais de 400 bilhões de dólares.

A proposta é promover ante os bancos comerciais uma redução do valor nominal do débito principal, que leve em conta o preço da dívida no mercado secundário (27% do valor nominal em novembro de 1989) e juros fixos mais baixos e outras propostas semelhantes são feitas nos casos de dívida com governos de países industrializados, com os órgãos financeiros multilaterais e entre os próprios latino-americanos.